

**NOS CAMINHOS DA TERRA:  
ALFABETISMO E NORMAS LINGUÍSTICAS  
NA BAHIA RURAL OITOCENTISTA**

*Adilson Silva de Jesus* (UFBA)

[adilsonuefs@gmail.com](mailto:adilsonuefs@gmail.com)

*Zenaide de Oliveira Novais Carneiro* (UEFS)

[zenaide.novais@gmail.com](mailto:zenaide.novais@gmail.com)

**RESUMO**

Philippe Ariès, nas palavras de Chartier (2004, p. 113), considerava o ingresso das sociedades ocidentais na cultura escrita uma das principais evoluções da era moderna. Fato é que escrita e sociedade sempre estiveram numa relação de influência mútua. Desse modo, partindo da ideia de que “tudo tem um passado que pode, em princípio, ser reconstruído e relacionado ao restante do passado” (BURKE, 1992, p. 11), serão objeto desse estudo os registros eclesiásticos emitidos no âmbito da Lei de Terras de 1850. A Lei de Terras, ou Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil, no século XIX. Os vigários foram encarregados de receber as declarações para registro das terras, que deviam conter o nome do possuidor, a designação da freguesia em que se situavam, o nome da localidade, sua extensão e seus limites. Além de fornecer dados importantes sobre a questão fundiária no Brasil, esses registros são fontes para a mensuração dos níveis de alfabetismo na Bahia rural oitocentista, pois são seriados e assinados e abrangem todas as regiões do país, o que possibilita o desenvolvimento de pesquisas que visem analisar a relação da tradição escrita com a sociedade em tempos pretéritos e também verificar, com o cruzamento de informações obtidas em outros documentos, as normas linguísticas usadas pelos alfabetizados nessa época. Segundo Silva (1996), os efeitos desses registros perduraram por mais de cem anos; pois, em 1950, quando se quis instalar a capital da República em seu sítio atual, a União teve que disputar nos tribunais seu direito às terras, que um particular afirmava serem suas, exibindo um registro do vigário.

**Palavras-chave:** Alfabetismo. Normas linguísticas. Escrita. Bahia rural.

## 1. Reflexões iniciais

Philippe Ariès, nas palavras de Chartier (2004, p. 113), considerava o ingresso das sociedades ocidentais na cultura escrita uma das principais evoluções da era moderna. Fato é que escrita e sociedade sempre estiveram numa relação de influência mútua. Desse modo, partindo da ideia de que “tudo tem um passado que pode, em princípio, ser reconstruído e relacionado ao restante do passado” (BURKE, 1992, p. 11), serão objeto desse estudo os registros eclesiásticos emitidos no âmbito da Lei de Terras de 1850. A Lei de Terras, ou Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil, no século XIX. Os vigários foram encarregados de receber as declarações para registro das terras, que deviam conter o nome do possuidor, a designação da freguesia em que se situavam, o nome da localidade, sua extensão e seus limites.

Além de fornecer dados importantes sobre a questão fundiária no Brasil, esses registros são fontes para a mensuração dos níveis de alfabetismo na Bahia rural oitocentista, pois trata-se de documentos seriados e assinados e abrangem todas as regiões do país, fornecendo informações importantes sobre as populações potencialmente geradoras de uma cultura escrita, dados que podem contribuir para a compreensão da polarização entre normas vernáculas e normas cultas do português brasileiro.

## 2. Para a história do alfabetismo na Bahia: um novo caminho

Mattos e Silva (2004) apresenta-nos algumas ideias para a concretização de uma história do português brasileiro. Destaca a autora dentre essas ideias que o historiador da língua estará mais próximo do historiador *tout court*<sup>17</sup>.

Nesse sentido, Batista (2013, p. 14) destaca que a busca pelo histórico não deixa de lado uma procura por entender essa linguagem que nos insere no meio social. Consequentemente, a linguagem verbal e suas formas de tratamento passam a ser objeto da reflexão histórica, assim como a política, a sociedade, a cultura, a economia e outros campos do saber. A curiosidade e as reflexões a respeito das línguas e das proprie-

---

<sup>17</sup> Expressão francesa. Significa sem mais; só isto; sem haver nada a acrescentar; simplesmente; somente.

dades da linguagem humana têm uma história inserida no desenvolvimento sociocultural do homem.

É nesse contexto de maior abrangência de formulações e polifonia alargada nas formas de pensar e fazer a história que se inclui um novo viés da reconstrução da história do alfabetismo no Brasil – na perspectiva da história da cultura escrita – que segundo Castillo Gómez (2003, p. 107) trata-se da história cultural centrada especificamente nos objetos escritos e nos testemunhos, de qualquer índole concernente aos seus distintos usos e as suas várias funções. O autor especifica o que é a história da cultura escrita:

Reconstruir as conexões entre as diferentes materialidades do escrito em face de compreender seu significado global em uma sociedade determinada se apresenta como referência fundamental do que deve ser a história da cultura escrita. Em suma, como já se disse, esta pode ser entendida como a conjunção de três histórias que tinham avançado em paralelo: a história das normas, das capacidades e dos usos da escrita; a história dos livros ou, mais amplamente, dos textos manuscritos e impressos; e a história das maneiras de ler (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 108).<sup>18</sup>

Assim, o alfabetismo, visto como um processo que excede o caráter monolítico, representa uma multiplicidade. Logo, reconstruir a história do alfabetismo no Brasil é também estudar a história do livro, a história dos modos de ler, como e onde se dá a apropriação do escrito, o que e para que se escreve e qual a representação do escrito para a sociedade. Trata-se do que Soares (2011, p. 38) chama de a multiplicidade de facetas do fenômeno alfabetismo, isto é, a variedade e heterogeneidade de dimensões segundo as quais pode ser considerado e a diversidade de suas relações com a sociedade e a cultura. Soares (2011, p. 38), ao apresentar as perspectivas de estudo do alfabetismo, resume que reconstruir a história do alfabetismo implica abordá-lo, dentre outros aspectos:

em uma perspectiva histórica, que investiga, entre outros temas, a história dos sistemas de escrita, dos suportes da escrita, dos objetos de escrita, dos processos de acumulação, difusão, circulação, distribuição da escrita ao longo do tempo e em diferentes momentos históricos ( história de bibliotecas, de livrarias, de sistemas de informação...) a história das possibilidades de acesso à escrita, das consequências sociais e culturais da imprensa, a história dos leitores

---

<sup>18</sup> Reconstruir las conexiones entre las diferentes materialidades de lo escrito de cara a comprender su significado global en una sociedad determinada se presenta como referencia fundamental de lo que debe ser la historia de la cultura escrita. En suma, como ya se ha dicho, ésta se puede entender como la conjunción de tres historias que habían avanzado en paralelo: la historia de las normas, de las capacidades y de los usos de la escritura; la historia de los libros o, más ampliamente, de los textos manuscritos e impresos; y la historia de las maneras de LEER (p. 108).

( número, condição social, sexo etc.), das leituras e das práticas de leitura e escrita em diferentes grupos sociais, a história da escolarização da aprendizagem da leitura e da escrita.

Tendo em vista as perspectivas teóricas e metodologias para a reconstrução da história do alfabetismo, nota-se que via da escolarização é uma via possível, mas não é a única como se acreditou por muito tempo. Galvão (2007, p. 222), no artigo “História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa”, retomando uma expressão de Roger Chartier, propõe cinco “entradas” para se estudar a cultura escrita, aqui entendida como alfabetismo, em uma perspectiva histórica. Sobre as possíveis vias de “entradas” afirma a autora:

A primeira dessas dimensões se refere às instâncias ou instituições que ensinam ou possibilitam a circulação do escrito em certas épocas e em certos locais. A segunda possibilidade para apreender o lugar ocupado pelo escrito em outros tempos e lugares é fazer uma história dos objetos que lhe dão suportes. A terceira via de entrada na cultura escrita de outros tempos e espaços é estudar os suportes por meio dos quais ela é difundida e ensinada. A quarta via que propomos para investigar a história da cultura escrita é aquela que focaliza os sujeitos que, em suas vivências cotidianas, constroem historicamente os lugares simbólicos e materiais que o escrito ocupa nos grupos e nas sociedades que os constituem (e que, ao mesmo tempo, ajudam a construir). Por fim, uma última via de entrada na cultura escrita de outros tempos mercê ser discutida: trata-se da investigação dos meios de produção e transmissão das múltiplas formas que o fenômeno assume (GALVÃO, 2007, p. 222-226).

Diante dessas possibilidades de análise, ampliam-se também as fontes e os métodos de pesquisa. Sobre as fontes, Castillo Gómez (2003, p. 115) afirma que estão situadas em três domínios:

1. Fontes do discurso. Compreendem todos aqueles textos socialmente autorizados e através dos quais se estabelece e se propaga uma determinada concepção da escrita e da leitura. Incluem, portanto, os textos emanados das diferentes instâncias de poder produtoras de discursos: a política, o direito, a igreja, a academia, as pessoas de letras ou os profissionais da escrita e do livro (...).
2. Testemunhos das práticas. Sem dúvida o corpus mais extenso e impreciso posto que compreenda a totalidade dos objetos escritos, sejam de caráter oficial ou privado, impressos, manuscritos ou eletrônicos, pintados, desenhados ou incisos. A escolha de um ou de outros dependerá dos objetivos planejados em cada investigação (...).
3. Representações. Trata-se dos distintos tipos de imagens que cada sociedade constrói a propósito dos temas e objetos da cultura escrita. Naturalmente a parte mais suculenta da torta leva tanto as manifestações da escri-

ta e da leitura, dos escritores e dos leitores, na arte; mas tampouco faltam as que têm seu espaço nos textos literários.<sup>19</sup>

Observa-se que ganham destaque, segundo o autor, fontes que emanam das esferas públicas, as chamadas fontes autorizadas. São destacadas também as fontes das representações, isto é, como cada sociedade vê as distintas formas de imagens construídas a partir dos temas e objetos da cultura escrita. No entanto, são os testemunhos escritos que constituem o *corpus* mais numeroso, pois podem ser encontrados tanto no ambiente privado como no público. A essas fontes somam-se, segundo Bacellar (2010, p. 28-37), as listas nominativas de habitantes, matrículas de classificação de escravos, lista de qualificação de votantes, documentos sobre imigração e núcleos coloniais, matrículas e frequências de alunos, documentos de polícia, documentação de terras etc.

Sobre os Arquivos para a prospecção das fontes de pesquisa, Bacellar (2010, p. 34-38) faz um levantamento dos tipos possíveis para a recolha dos mais variados tipos de fontes. Afirma que os arquivos do poder legislativo são importantes, mas a ausência de instituições arquivísticas organizadas e preparadas para abri-los à consulta pública não tem inspirado os historiadores a melhor explorá-los. Diz a autora ainda que os arquivos do poder judiciário também têm grande importância para a pesquisa histórica, apesar do descaso com que esse poder insiste em tratar, ao longo dos séculos, os acervos que acumulou. De forma geral, é possível encontrar nesses arquivos grandes séries de inventários e testamentos, autos cíveis e autos crimes. Há também os Arquivos cartoriais que contêm séries documentais que se constituem de registros os mais variados, tais como os de notas e escrituras, registros civis e procurações. Assinala a autora a importância do livro de notas dos tabeliães para o estudo de

---

<sup>19</sup> 1. Fuentes del discurso. Comprenden todos aquellos textos socialmente autorizados e a través de los cuales se establece y se propaga una determinada concepción de la escritura y de la lectura. Incluyen, por lo tanto, los textos emanados de las diferentes instancias de poder productoras de discursos: la política, el derecho, la iglesia, la academia, las gentes de letras o los profesionales de la escritura y del libro (...).

2. Testimonios de las prácticas. Sin duda el corpus más extenso e impreciso puesto que comprende la totalidad de los objetos escritos, ya sean de carácter oficial o privado, impresos, manuscritos o electrónicos, pintados, garabateados o incisos. La elección de unos o de otros dependerá de los objetivos planteados en cada investigación (...).

3. Representaciones. Se trata de los distintos tipos de imágenes que cada sociedad construye a propósito de los temas e objetos de la cultura escrita. Naturalmente la parte más suculenta del pastel se la llevan tanto las manifestaciones de la escritura y de la lectura, de los escritores y de los lectores, en el arte; pero tampoco faltan las que tienen su espacio en los textos literarios. (p.115)

sociedades do passado, por se encontrar, neles, registros de negócios os mais diversos; escritura de compras de terras, imóveis urbanos e cativos, registros de procurações, de cartas de alforrias de escravos, contratos de casamentos, de nascimento e de óbito.

Sobre os arquivos eclesiásticos, diz Bacellar (2010, p. 39-41):

os arquivos de natureza religiosa no Brasil são detentores de grandes conjuntos documentais, nem sempre facilmente acessíveis. Os mais notórios são os da Igreja Católica, cujos acervos estão reunidos nas cúrias diocesanas, de maneiras bastante precárias, que costumam improvisar o atendimento quando do surgimento de um pesquisador. Nesses arquivos católicos são encontradas fontes ricas e variadas como registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, livros-tombo etc.

Diante da grande variedade das fontes, reconstruir a história do alfabetismo torna-se um trabalho interdisciplinar, ou seja, o presente da história da alfabetização vem definido pelo estudo interdisciplinar dos usos – públicos e privados, práticos ou simbólicos – do escrito (CASTILLO & SÁEZ, 1994, p. 149).

Sáez e Castillo (1994, p. 149) afirmam que Antonio Viñao prefere falar de alfabetizações e define o campo de estudo nos seguintes termos:

O fenômeno a ser estudado não é o analfabetismo, como se fez tradicionalmente, mas sim a alfabetização, seus agentes, objetivos, instrumentos e consequências. Esta perspectiva sociocultural contempla a alfabetização como um fenômeno mais amplo que a escolarização. Ambos os processos se inserem em contextos sociais diferentes e só em parte coincidem. Ou seja, a alfabetização tem de ser estudada a partir do uso social (simbólico, expresso e latente; grupal, corporativo e individual; de produção, medição e recepção) das habilidades de ler e escrever (e, em uma concepção mais completa, de calcular), de sua consideração como práticas sociais organizadas que tem lugar em contextos de uso específicos, um dos quais (e não o mais importante) é o escolar. A história da alfabetização integra, portanto, a história da leitura e da escrita, da produção e distribuição, usos e maneiras da cultura escrita, assim como as das relações entre oralidade e escrita, culturas orais e culturas escritas. Daí que em sua escrita se impliquem a história literária, dos modos de comunicação humana, a antropologia e a história sociocultural (SAEZ & CASTILLO 1994, p. 149).<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> El fenómeno a estudiar no es o analfabetismo, como se há hecho tradicionalmente, sino la alfabetización, suas agentes, objetivos, instrumentos y consecuencias. Esta perspectiva sócio-cultural contempla la alfabetización como un fenómeno más amplio que la escolarización. Ambos procesos se insertan em contextos sociales diferentes y solo em parte coinciden. O sea, la alfabetización há de ser estudiada a partir del uso social (simbólico, expreso y latente; grupal, corporativo e individual; de producción, medición y recepción) de las habilidades de leer e escribir (y, em uma concepção más completa, de calcular), de sua consideración como prácticas sociales organizadas que tienen lugar em contextos de uso específicos, uno de los cuales (y no el más importantes) es el escolar. La histo-

Como se observa, fazer a história do alfabetismo não é tarefa simples. Implica o diálogo entre vários saberes, a análise de diversas fontes e a aplicação de métodos adequados a cada tipo de fonte.

### 3. Os registros eclesiásticos oitocentistas: caracterização geral

Sabe-se que o primeiro censo oficial realizado no Brasil é datado de 1872. O referido censo apresenta, além da contagem da população, informações específicas sobre pessoas com deficiência, acesso à escola e profissões exercidas, entre outras. Diante disso, como se pode tratar da penetração da escrita no Brasil, e na Bahia rural, em específico, de forma que vá além dos estudos feitos com base na criação de escolas Venâncio (2001, p. 392)? Quais fontes podem oferecer dados sobre os níveis de alfabetismo na Bahia em períodos anteriores a criação dos Censos oficiais? Qual a metodologia a ser utilizada? Como mensurar uma dimensão mínima que possa representar uma determinada região?

Os questionamentos acima expostos são possíveis de serem respondidos, atualmente, graças às possibilidades de se reconstruir a história do alfabetismo no Brasil, observando as fontes diversas produzidas pelo homem, em seu cotidiano. É essa ampliação a respeito de novas abordagens e novos objetos, sob a perspectiva da história da cultura escrita. Castillo Gómez (2003), que nos permite apresentar e explorar “de maneira inovadora séries de documentos ainda praticamente desconhecidas” (VENÂNCIO, 2001, p. 392), como fontes documentais para uma análise sócio-histórica e para avaliação dos níveis de alfabetismo no interior da Bahia oitocentista. Trata-se de *registros eclesiásticos ou paroquiais* da região da Oeste – BA<sup>21</sup> (feitos no âmbito da regulamentação da *Lei de 1850* ou *Lei de Terras*.)

Segundo Garcez (2010, p. 3):

---

ria de la alfabetización íntegra, por tanto, la historia de la lectura e da escritura, de la producción y distribución, usos y maneras de la cultura escrita, así como las de las relaciones entre oralidad y escritura, culturas orales y culturas escritas. De ahí que em su escrito se impliquen la historia literaria, de los modos de comunicación humana, la antropología y la historia sócio-cultural (SAEZ & CASTILLO 1994, p. 149)

<sup>21</sup> A região definida como Oeste Baiano abarca todos os municípios localizados à margem esquerda do rio São Francisco, bem como uma pequena porção de terras situada à margem direita, que corresponde atualmente aos municípios de Ibotirama, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Sítio do Mato e Bom Jesus da Lapa.

Os registros eclesiásticos – ou paroquiais, decorrem de impositivos da Lei nº 601: são assentamentos feitos pelos párocos das freguesias em livros específicos, com o objetivo de obter um mapeamento de propriedade da terra em posse ou domínio privado. São documentos que tem mais cunho censitário que propriamente cartorial. Mesmo assim, representam significativo marco no estudo e no reconhecimento da evolução da propriedade fundiária no Brasil – na Bahia especificamente. É um elo reconhecido oficialmente, na reconstituição das cadeias sucessórias das propriedades fundiárias, vez que tanto reconhecem a origem sesmarial quanto legitimam a posse primária.

A *Lei de Terras*, como ficou conhecida a *Lei nº 601* de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil no século XIX. Até então, não havia nenhum documento brasileiro que regulamentasse a posse de terras. Com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país, o governo se viu pressionado a organizar esta questão.

A Lei, no seu artigo 91, segundo Silva (1996, p. 173), determinava que:

Todos os possuidores de terras, qualquer que fosse o título da sua propriedade ou possessão, seriam obrigados a registrar as terras que possuíam, a partir de prazos fixados na corte e na província do Rio de Janeiro pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, e nas demais províncias pelos seus presidentes. Os vigários de cada uma das Freguesias do Império foram encarregados de receber as declarações para o registro das terras. As declarações deviam conter o nome do possuidor, a designação da Freguesia em que se situavam, o nome da localidade, sua extensão e seus limites.

Bellotto (2008, p. 84) destaca que o registro paroquial (ou eclesiástico) é um documento diplomático testemunhal que consiste em componentes dos acervos dos arquivos paroquiais da Igreja Católica e que são, via de regra, livros compostos de documentos assinados. Nesse sentido, a Igreja era instituição responsável pela expedição de uma série de atos “civis”, efetuando para todos os fins de direito, os registros de batismo, casamento, óbito, bem como os registros eclesiásticos de terras.

Garcez (1997, p. 169) informa-nos que os registros eclesiásticos não apresentam regularidade, diferindo de uma freguesia para a outra, tanto no número quanto na qualidade das informações. Além disso, a referida autora apresenta as características do declarante presentes no documento. São as seguintes:

I – Sobre o declarante:

- Nome do proprietário: aparece em todos os registros;

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

- Tipo do proprietário: pessoa física, igreja (igreja ou irmandade), proprietários estrangeiros, aldeia indígena e as rubricas onde são computadas as situações iniciais;
- Estado civil do proprietário: informação de frequência média;
- Residência do proprietário: pouco frequente;
- Profissão: raramente, aparecendo mais com relação a militares, padres, bacharéis, desembargadores;
- Grau de instrução, mais precisamente alfabetização, verificada pela assinatura do declarante. No caso de analfabetos, o registro menciona assinatura a rogo;
- Nome do proprietário anterior: esta informação aparece com relativa frequência no caso de propriedade herdada ou comprada.

### II – Sobre o imóvel declarado:

- Tipo de posse, individual ou conjunta. Esta informação aparece em todos os registros;
- Propriedade rural ou urbana, informação implícita ou explícita, em todos os registros: fazenda, engenho, sítio, chácara, roça, outros;
- Área da propriedade: a informação é mais constante para as freqüências do recôncavo e menos frequentes para as propriedades do sertão.

O que se percebe é que, além de fornecer dados importantes sobre a questão fundiária no Brasil, os registros eclesiásticos constituem-se como fontes para a avaliação e mensuração dos níveis de alfabetismo na Bahia rural oitocentista, pois são documentos seriados e assinados que abrangem todas as regiões do país, o que possibilita o desenvolvimento de pesquisas que visem analisar a relação da tradição escrita com a sociedade em tempos pretéritos. Há o fato também de o registro do vigário ter, segundo Silva (1996, p. 175), uma importância que talvez nenhum outro dispositivo da Lei de Terras igualou. Segundo a referida autora, os efeitos desses registros perduraram por mais de cem anos; pois, em 1950, quando se quis instalar a capital da República em seu sítio atual, a União

teve que disputar nos tribunais seu direito às terras, que um particular afirmava serem suas, exibindo um registro do vigário.

#### 4. Metodologia

A metodologia que se utilizará nesta pesquisa baseia-se nos fundamentos metodológicos da paleografia italiana (PETRUCCI, 1978), ajustados por Marquilhas (2000), dando-se a recolha por amostragem e contagem de assinaturas de maneira sistemática, em documentos escritos. Ainda segundo Marquilhas (2000, p. 85), a metodologia oitocentista da contagem de assinatura ganhou lastro teórico em 1968, quando Roger S. Schofield quis reconhecer na “capacidade de escrever o próprio nome” única medida “*universal, padronizada e direta*” que indicava quase satisfatoriamente a competência alfabética de grupos sociais historicamente delimitados. Quanto à exata correspondência entre a capacidade de assinar e nível de competência de leitura e escrita, Schofield aceitava a opinião de um inspetor de ensino do século XIX, J. Fletcher, que encontrava na assinatura alfabética um indicador de leitura fluente: desde o século XVI, e até o início de Oitocentos, dada a sucessão de fases de ensino das primeiras letras, quem apenas soletrava não saberia ainda assinar, mas quem lia fluentemente já saberia pelo menos escrever o nome.

Sobre essa questão, Britto (2007, p. 20) afirma que

devemos ter claro que o conceito de alfabetizado não se manteve o mesmo ao longo da história. Inicialmente, no século XIX, as enquetes sobre alfabetização consideravam como alfabetizadas pessoas capazes de escrever o próprio nome; apenas em torno dos anos de 1940, passou-se a considerar alfabetizada quem se demonstrasse capaz de ler e escrever um bilhete simples

Rojo (2010, p. 24) também destaca que na primeira metade do século passado (século XX), para ser considerado alfabetizado e viver na cidade, bastava saber assinar o próprio nome. Afirma que, excetuando as elites que tinham acessos a variados bens culturais e à escolaridade mais longa, até 1950 a maior parte da população brasileira (52,7%) vivia em situação de analfabetismo e boa parte dos (42,8%) sabia apenas assinar o nome e escrever poucas palavras.

No entanto, o método da contagem de assinatura, como todos os métodos de pesquisa, não é unânime. Há discordâncias e críticas. Houston (1982, p. 82) afirma que a assinatura é, materialmente, um indicador radical, que reduz uma variável contínua a um parâmetro binário – cruz e assinatura ágil. Segundo o referido autor, existe um leque de possibilida-

des gráficas onde têm lugar algumas realizações que levantam sérias dúvidas sobre o seu autor saber desenhar mais alguma palavra para além dos respectivos nomes.

Entretanto, Rockembach (2009, p. 36-39) discutindo sobre o papel da escrita, em particular da assinatura do nome lembra-nos de que a escrita e a possibilidade de o indivíduo assinar o próprio nome, reconhecendo sua individualidade em relação aos direitos, foram consideradas um avanço na cidadania dos estados modernos. Alerta-nos também para o fato de que as assinaturas, historicamente, servirem como forma de autenticação de documentos.

Sobre esse aspecto, Marquilhas (2000, p. 96) relata-nos que a validação de um testemunho, ou de uma confissão, perante o Tribunal do Santo Ofício era feita por meio de uma assinatura. Diz a autora:

Terminado o depoimento, a sua versão escrita tinha que incluir a explícita concordância com os termos do texto por parte do autor. Uma assinatura alfabética, um sinal ou uma delegação na capacidade de assinatura do notário cumpriam essa função.

No bojo dessa questão, Schofield (1968, p. 318-319) informa-nos que, no passado, houve ocasião em que “um grande número, ou mesmo classes inteiras de indivíduos, foram chamados para formalizar a sua aprovação de um documento, assinando o nome se o soubesse fazer ou, caso contrário, inscrevendo um sinal”.

Ainda nesse contexto, Soares (2012, p. 79) afirma que “em certo momento, a habilidade de escrever o próprio nome era a comprovação de letramento”, aqui entendido, nas palavras de (MARQUILHAS, 2000), como a expressão mais de um desejo de afirmação social do que uma prática efetiva de leitura e escrita.

Desse modo, para se ter uma aproximação dos níveis de alfabetismo em sociedades pretéritas, Chartier (2004, p. 114) ressalta a importância das taxas de assinaturas. Para ele, não se podem negar as porcentagens de assinaturas, mas apenas avaliá-las pelo que são indicadores culturais macroscópicos, compósitos, que não medem exatamente nem a difusão da capacidade de escrever, mais restrita do que os números indicam, nem a da leitura, que é mais extensa.

Diante da questão de decidir sobre a funcionalidade do método de assinaturas para o reconhecimento dos graus de alfabetismo das socieda-

des do Antigo Regime<sup>22</sup>, Marquilhas (2000, p. 88-91) esboça a noção de que há formas de lhe potenciar as qualidades, sujeitando esse tipo de abordagem da história do alfabetismo ao cumprimento dos seguintes requisitos:

[...] (1) definir um conceito de alfabetização adequado à metodologia da contagem de assinatura; (2) selecionar fontes onde figurem microcosmos de subscritores verossímeis enquanto representantes da sociedade sua contemporânea; (3) respeitar os estudos feitos para realidade social, geográfica e cronologicamente vizinhas da que se pretende estudar.

Para a aplicação do método da contagem de assinaturas, nota-se que se trata de um conceito funcional de alfabetização coincidente com a capacidade de assinar, reveladora, segundo Marquilhas (2000, p. 92) de uma participação básica dos indivíduos no mundo da escrita pragmática, isto é, o uso que se faz da escrita em determinado tempo e espaço. Sobre as fontes, destaca que a seleção deve ser baseada nos diferentes panoramas arquivísticos nacionais e que os registros devem ser sistematicamente assinados. Além disso, alerta-nos a autora que é necessário respeitar os trabalhos já realizados nas regiões próximas a que se pretende estudar.

Dessa forma, a verificação da habilidade com a escrita será feita a partir da observação das assinaturas catalogadas em fichas, junto aos dados pessoais de cada indivíduo, de acordo com as informações encontradas no *corpus* analisado. E, por meio dos detalhes da identificação do indivíduo, obtidos de informações exigidas no ato da assinatura, identificar a sua proveniência geográfica, a sua idade, a sua pertença a uma determinada classe socioprofissional, e, a partir disso, traçar o perfil sócio-histórico desses escreventes. O formato das fichas que será estabelecido para identificação do assinante deve ser semelhante ao disposto ao seguir:

<b>NOME COMPLETO:</b>	
<b>NATURALIDADE</b>	
<b>COR</b>	
<b>PROFISSÃO</b>	
<b>NASCIMENTO</b>	
<b>FILIAÇÃO</b>	
<b>ESTADO CIVIL</b>	

<sup>22</sup>Termo criado pelo historiador francês *Alexis de Tocqueville* (1805-1859), para se referir ao sistema político, econômico e social que se originou na França, e posteriormente se difundiu ao longo dos séculos XVI ao XVIII pela Europa Ocidental, abrangido suas colônias nas Américas e no restante do mundo. Disponível em: <http://sequidopassoshistoria.blogspot.com.br/2010/05/o-antigo-regime.html>. Acesso em: 10-10-2013.

RESIDÊNCIA	
ASSINANTE	( ) Sim ( ) Não ( ) A rogo ( ) Sinais ( ) Não consta

Modelo adaptado da tese de Carneiro (2005)

### 5. *Algumas reflexões finais*

Com este trabalho, buscou-se apresentar uma nova perspectiva para o estudo dos níveis de alfabetismo no Brasil em sociedades pretéritas. Além disso, abordou-se, neste texto, a importância dos registros eclesiásticos como fontes para a análise dos níveis de alfabetismo no Brasil e na Bahia, especificamente. Após essa reflexão inicial, é possível concluir que:

1. Não se pode elaborar a história do alfabetismo no Brasil, considerando apenas o viés institucional, isto é, a história da escolarização, pois tal procedimento não garante uma história total, já que, como se sabe, o Brasil é um país de escolarização e imprensa tardias (GALVÃO, 2007, p. 10);
2. O estudo do fenômeno alfabetismo não se restringe a um único campo do saber, uma vez que tal fenômeno é um processo complexo que se manifesta de diferentes formas e níveis possibilitando, dessa maneira, novas abordagens e novos objetos (fontes);
3. O uso de diferentes fontes e de diferentes métodos na análise e mensuração dos níveis de alfabetismo é essencial, pois reconstruir a história desse fenômeno é, segundo Langeli (1996, p. 93), buscar compreender a difusão social da escrita.
4. Os registros eclesiásticos de terra podem fornecer dados importantes sobre a escrita em uma perspectiva histórico-regional e, conseqüentemente, trazer informações sobre as populações potencialmente geradoras de uma cultura escrita.
5. Os registros eclesiásticos de terra podem revelar dados da ocupação territorial, elementos importantes para se compreender as distribuições demográfico-linguísticas, além de se constituírem *corpora* para o estudo histórico do português no interior da Bahia, formado, em sua fase inicial, a partir de um amplo contato linguístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*, 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 21-77.

BARROS, José D'Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, vol. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BATISTA, Ronaldo Oliveira. *Introdução à historiografia da linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Alfabetismo e educação escolar. In: SILVA, Ezequiel Theodoro (Org.). *Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade*. Campinas: Autores Associados, 2007, p. 19-32.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992, 7-37.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; SANTOS, Shirley Cristina Guedes dos. Fontes para a medição de letramento na Bahia oitocentista: o caso dos registros eclesiásticos de terras. *Cadernos do CNLF*, vol. XVI, n. 04, t. 2, p. 1955-1963. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2012, Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/xvi\\_cnlf/tomo\\_2/174.pdf](http://www.filologia.org.br/xvi_cnlf/tomo_2/174.pdf)>.

CASTILLO, Antonio; Sáez, Carlos. Paleografía versus alfabetización. Reflexiones sobre historia social de la cultura escrita. *SIGNO. Revista de História de la Cultura Escrita*. Universidad de Alcalá de Henares, n. 1, p. 133-168, 1994. Disponível em: <[http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/7465/paleografia\\_castillo\\_SIGNO\\_1994.pdf?sequence=1](http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/7465/paleografia_castillo_SIGNO_1994.pdf?sequence=1)>.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita, In: ARIÈS, Philippe; Roger Chartier. *História da vida privada*. Da Renascença ao século das luzes. São Paulo: Cia. das Letras: 2004, p. 113-159.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 323-342.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Histórias das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: CARVALHO, Gilcinei Teodoro; MARILDES, Marinho (Orgs.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 218-248.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Em torno da propriedade da terra*. Salvador: Arembepe. 1997.

\_\_\_\_\_. *Fontes complementares na pesquisa historiográfica*. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S.; LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha (Orgs.). *A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória*. Campinas: Alínea, 2009, capítulo 1. [2. ed. 2013].

GÓMEZ, Antonio Castillo. Historia de La cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, p. 93-124. 2003.

HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade, 1985.

HOUSTON, Robert Allan. *The literacy myth? Illiteracy in Scotland 1630-1760*, Past and presente, 1982, p. 81-102.

LANGELI, Attilio Bartoli. Historia del alfabetismo e método cuantitativo. *SIGNO. Revista de História de la Cultura Escrita*. Universidad de Alcalá de Henares, p. 87-106, 1996.

LOBO, Tânia Conceição Freire; OLIVEIRA, Klebson. *História da cultura escrita no Brasil: um programa de investigação – HISCVLTE*. Salvador, 2012.

MACIEL, Francisca Isabel Pereira. História da alfabetização: perspectivas de análises. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thaís Nívea de Lima (Orgs.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 227-248.

MAGALHÃES, Justino. Alfabetização e história: tendências e perspectivas. In: GALVÃO, Ana Maria Galvão; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 127-150

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2000.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

PETRUCCI, Armando. *La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane; ROMANELLI, Otaíza de O. *História da educação no Brasil*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 65-85.

RIBEIRO, Vera Maria Masargão. *Alfabetismo e atitudes: Pesquisas com jovens e adultos*. Campinas: Papirus, 1999.

ROCKEMBACH, Moisés. *A perspectiva da assinatura digital no Tribunal Regional Federal da quarta Região: perspectiva infocomunicacional*. 2010. Dissertação (de mestrado em Comunicação e Informação). – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ROJO, Roxane. Alfabetização e letramentos múltiplos: como alfabetizar letrando? In: OLIVEIRA, Ergom; ROJO, Roxane Helena. *Língua portuguesa: ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, 2010, p. 93-103.

SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Unicamp, 1996.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. *Letramento em três gêneros*. São Paulo: Contexto, 2012.

SCHOFIELD, R. S. The Measurement of Literacy in Pre-Industrial England. In: GOODY, Jack (Org.). *Literacy in Traditional Societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

STREET, Brian V. *Literacy in Theory and Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

VEIGA, Cynthia Greive. História política e história da educação. In: \_\_\_\_; FONSECA, Thaís Nívea de Lima (Orgs.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 13-45.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Migração e alfabetização em Mariana colonial. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). *Para a história do português brasileiro: primeiros estudos*, t. 2. São Paulo: Humanitas/FA-PESP, 2001, p. 391-399.